



Celso de Mello arquiva ação contra Lula por omissão

Pessoa jurídica não pode propor ação popular, que é reservada a cidadãos. Com esse entendimento, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, mandou arquivar nesta sexta-feira (1/7), a Ação Civil Pública contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Proposta pela Afim — Associação dos Arrendatários Financiados e Mutuários do Sistema Financeiro de Goiás, a ação pedia que Lula fosse condenado a pagar R\$ 95 milhões, por omissão e prevaricação, por não ter tomado providências sobre o suposto pagamento de mesada de R\$ 30 mil pelo PT para deputados da base aliada — o mensalão.

A entidade pedia, ainda, que o Supremo determinasse a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente da República, do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, do próprio PT e de toda a bancada do PL, do PP e do PTB.

Segundo o ministro Celso de Mello, já está determinado na Súmula 365 do STF que pessoa jurídica não pode propor ação popular, que é reservada a cidadãos.

A associação justificava o valor da causa baseando-se na participação dos beneficiários que estariam recebendo dinheiro dos cofres públicos e pedia que, comprovados os fatos, as autoridades citadas na ação respondessem por crime de formação de quadrilha e fossem obrigadas a devolver os recursos.

A Afim também pedia a abertura de processo de impeachment contra o presidente, rejeitado pelo ministro. Celso de Mello esclareceu que o pedido só pode ser feito à Câmara dos Deputados.

No mês passado, o ministro Carlos Ayres Britto mandou arquivar Ação Popular ajuizada contra o presidente pelos mesmos motivos. A ação foi ajuizada por José Laerte R. da Silva Neto.

Leia íntegra da decisão de Celso de Mello

PETIÇÃO 3.434-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

REQUERENTE(S): ASSOCIAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS, FINANCIADOS E MUTUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO DE GOIÁS – AFIM

ADVOGADO(A/S): CÁSSIA COSTA SERTÃO

REQUERIDO(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOGADO(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AJUIZAMENTO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ROL TAXATIVO INSCRITO NO ART. 102, I, DA



CONSTITUIÇÃO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES.

– O Supremo Tribunal Federal **não dispõe** de competência para processar e julgar, originariamente, **ação civil pública** ajuizada, **com fundamento** na Lei nº 7.347/85, **contra** o Presidente da República.

– **É que** a definição da competência institucional da Suprema Corte **está sujeita** a um regime de direito estrito, **que exclui**, do âmbito de suas atribuições jurisdicionais originárias, **por efeito da taxatividade** do rol inscrito no art. 102, inciso I, da Constituição, o processo e o julgamento de causas — **como a ação civil pública** fundada na Lei nº 7.347/85 — **que não se acham previstas** no próprio texto constitucional. **Precedentes.**

DECISÃO: Trata-se de **ação civil pública**, que, promovida pela Associação dos Arrendatários, Financiados e Mutuários do Sistema Financeiro do Estado de Goiás — AFIM, **foi ajuizada contra** o Senhor Presidente da República, **com fundamento** na Lei nº 7.347/85.

Impõe-se analisar, desde logo, **questão preliminar** pertinente ao reconhecimento, ou não, na espécie, **da competência originária** do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a **presente** causa.

Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que a **competência originária** do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional — **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida — **não comporta** a possibilidade de ser estendida a situações que **extravassem** os rígidos limites fixados, em “*numerus clausus*”, **pelo rol exaustivo** inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte a doutrina** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “*Comentários à Constituição Brasileira de 1988*”, vol. 2/217, 1992, Saraiva) **e proclama a jurisprudência** desta própria Corte (RTJ 43/129 – RTJ 44/563 – RTJ 50/72 – RTJ 53/776):

“A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — CUJOS FUNDAMENTOS REPOUSAM NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA — SUBMETE-SE A REGIME DE DIREITO ESTRITO.

.....

O regime de direito estrito, a que se submete a **definição** dessa competência institucional, tem levado o Supremo Tribunal Federal, por efeito da **taxatividade** do rol constante da Carta Política, **a afastar**, do âmbito de suas atribuições jurisdicionais **originárias**, o processo e o julgamento de **causas** de natureza civil que **não se acham inscritas** no texto constitucional (ações populares, **ações civis públicas**, ações cautelares, ações ordinárias, ações declaratórias e medidas cautelares), **mesmo** que instauradas contra o Presidente da República ou contra **qualquer** das autoridades, que, **em matéria penal** (CF, art. 102, I, b e c), dispõem de prerrogativa de foro perante a Corte Suprema **ou** que, em sede de mandado de segurança, estão sujeitas à jurisdição imediata do Tribunal (CF, art. 102, I, d). **Precedentes.”** (RTJ 171/101-102, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)



É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, em sucessivas decisões, **firmou** entendimento jurisprudencial **no sentido de que não possui** competência originária para processar e julgar **determinadas** causas — **tais como ações civis públicas (RTJ 159/28, Rel. Min. ILMAR GALVÃO — Pet 240-AgR/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA), ações populares (RTJ 121/17, Rel. Min. MOREIRA ALVES — RTJ 141/344, Rel. Min. CELSO DE MELLO — Pet 352/DF, Rel. Min. SYDNEY SANCHES — Pet 431/SP, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA — Pet 487/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO — Pet 1.641/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO — Pet 3.422/DF, Rel. Min. CARLOS BRITTO) ou, ainda, ações cautelares, ações ordinárias, ações declaratórias e medidas cautelares (RTJ 94/471, Rel. Min. DJACI FALCÃO — RTJ 171/101-102, Rel. Min. CELSO DE MELLO — Pet 240-AgR/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA) — ,**não obstante** promovidas **contra o Presidente da República**, ou contra **qualquer** dos agentes políticos ou autoridades, que, **em matéria penal** (CF, art. 102, I, “b” e “c”), **dispõem** de prerrogativa de foro perante esta Corte **ou** que, em sede de mandado de segurança, **estão sujeitos** à jurisdição imediata deste Tribunal.**

Essa orientação jurisprudencial reflete-se na opinião de autorizados doutrinadores (ALEXANDRE DE MORAES, “Direito Constitucional”, p. 184, item n. 7.8, 7ª ed., 2000, Atlas; RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO, “Ação Popular”, p. 129/130, 1994, RT; HELY LOPES MEIRELLES, “Mandado de Segurança, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, ‘Habeas Data’”, p. 122, 19ª ed., atualizada por Arnaldo Wald, 1998, Malheiros; HUGO NIGRO MAZZILLI, “O Inquérito Civil”, p. 83/84, 1999, Saraiva; MARCELO FIGUEIREDO, “Probidade Administrativa”, p. 91, 3ª ed., 1998, Malheiros, v.g.), **cujo magistério também assinala não se incluir**, na esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal, o poder de processar e julgar causas de natureza civil **não referidas** no texto da Constituição (**como** as ações civis públicas), **ainda que promovidas** contra agentes estatais **a quem se outorgou**, “ratione muneris”, prerrogativa de foro em sede de persecução penal, **ou ajuizadas** contra autoridades públicas, **que**, em sede de mandado de segurança, estão sujeitas à jurisdição imediata do Supremo Tribunal Federal.

A “ratio” subjacente a esse entendimento, **que acentua** o caráter absolutamente **estrito** da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade **de inibir indevidas** ampliações **descaracterizadoras** da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, conforme ressaltou, **a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (RTJ 39/56-59, 57).

Cabe insistir, portanto, na asserção **de que não se inclui**, na esfera de atribuições constitucionais da Suprema Corte, o poder de processar e julgar, **originariamente, a ação civil pública** (é o caso destes autos) que venha a ser ajuizada contra **determinados** agentes políticos (**como o Presidente da República**, Ministros de Estado **ou** membros do Congresso Nacional), **embora** sujeitos, **em sede penal**, à jurisdição imediata **deste Tribunal (RTJ 94/471, Rel. Min. DJACI FALCÃO — Pet 240-AgR/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, v.g.)**.

Como precedentemente enfatizado, esse entendimento, **desde** o regime constitucional anterior, **tem sido proclamado** pelo Supremo Tribunal Federal, **como ocorreu**, por exemplo, **quando do**



juízo pleno da **Pet 240-AgR/DF**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA (**DJU** de 25/03/1988), cujo acórdão — **no ponto que interessa à presente causa** — está assim ementado:

“Supremo Tribunal Federal. Competência originária (...). De acordo com o art. 119, I, letra ‘i’, da Constituição Federal, **compete**, ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, **originariamente**, os mandados de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado Federal, dentre outras autoridades ou órgãos. **No âmbito desse dispositivo**, quanto ao mandado de segurança, **não se compreende**, desde logo, **competência originária do STF**, para processar e julgar, **contra** as mencionadas autoridades ou órgãos nele referidos, **outras medidas**, de natureza cível, **não previstas**, expressamente, **na Constituição, como** ação popular, ação cautelar preparatória de ação ordinária, ação declaratória, **ação civil pública (...).**” (grifei)

Cabe lembrar, ainda, o julgamento efetuado **pelo Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **no qual** esta Corte, **agora** sob a égide da **vigente** Constituição, enfatizou **não lhe assistir** competência originária para processar e julgar **ação civil pública** ajuizada sob a alegação de dano ao patrimônio público e de ofensa à probidade, decoro e moralidade na Administração Pública, **ainda que promovida**, tal como sucede na espécie, **contra o próprio Presidente da República**:

“Competência do Supremo Tribunal Federal. **Ação Civil Pública contra Presidente da República**. Lei nº 7.347/85. **A competência** do Supremo Tribunal Federal **é de direito estrito** e decorre da Constituição, que a **restringe** aos casos **enumerados** no art. 102 e incisos. **A circunstância de o Presidente da República** estar sujeito à jurisdição da Corte, para os feitos criminais e mandados de segurança, **não desloca**, para esta, o exercício da competência originária em relação **às demais** ações propostas contra ato da referida autoridade. Agravo **improvido.**” (RTJ 159/28, Rel. Min. ILMAR GALVÃO — grifei)

Torna-se conveniente rememorar, neste ponto, **que a natureza da ação civil pública**, que constitui instrumento de tutela jurisdicional dos direitos e interesses metaindividuais, **não permite venha ela a ser confundida**, em seus objetivos (Lei nº 7.347/85, arts. 1º, 3º, 11 e 13), **com a ação penal condenatória**, que se destina — **considerada** a finalidade que lhe é **exclusivamente** peculiar — a promover a responsabilidade **criminal** do infrator pela prática de fatos delituosos, **sendo inquestionável**, sob tal aspecto, **consoante adverte** o magistério da doutrina (RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO, “**Ação Civil Pública**”, 1989, RT; ÉDIS MILARÉ, “**A Ação Civil Pública na Nova Ordem Constitucional**”, 1990, Saraiva; ADA PELLEGRINI GRINOVER, “**A Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos**”, in **Revista Forense** 268/67), **a absoluta autonomia** que existe entre as ações judiciais em causa, **razão pela qual** cumpre ter presente, **ante** a evidente incoerência de qualquer situação de litispendência **ou** de prejudicialidade, o preciso magistério, que, sobre o tema, expende HUGO NIGRO MAZZILLI (“**A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo**”, p. 137/143, 6ª ed., 1994, RT).

Daí a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal a propósito dessa **específica** questão:



“AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO PENAL CONDENATÓRIA — INEXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA — POSSIBILIDADE DE SIMULTÂNEA TRAMITAÇÃO.

A natureza da **ação civil pública** — **que constitui** instrumento de tutela jurisdicional dos direitos e interesses metaindividuais — **não permite** seja ela confundida, em seus objetivos (Lei nº 7.347/85), com a **ação penal condenatória**, que se destina, **considerada** a finalidade que lhe é exclusivamente peculiar, a promover a responsabilidade **criminal** do infrator pela prática de fatos delituosos, **inexistindo**, sob tal aspecto, **qualquer** situação de litispendência **ou** de prejudicialidade entre as ações judiciais em causa.” (RTJ 167/166-167, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Se é certo, portanto que o Supremo Tribunal Federal qualifica-se **como juiz natural do Presidente da República**, dentre outros agentes estatais, nas **estritas** hipóteses de **infrações penais** que lhe sejam imputadas (RTJ 137/570 – RTJ 151/402 – RTJ 166/785-786), **mostra-se irrecusável**, ante a **existência** dos precedentes ora mencionados, **que falece** competência originária **a este** Tribunal para processar e julgar **ações civis públicas** eventualmente ajuizadas contra tais agentes políticos, **não obstante** possuam estes, **em sede penal**, prerrogativa de foro perante a Suprema Corte, **como sucede** com o Chefe do Poder Executivo da União.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** da presente ação civil pública, **por evidente falta de competência originária** do Supremo Tribunal Federal para apreciá-la.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2005.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Date Created

01/07/2005